

Justiça social: a chave para a prosperidade compartilhada



» CAROLINE FREDRICKSON
Diretora do Departamento de Pesquisa da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

10% da população mundial. O trabalho infantil entre crianças com menos de 14 anos foi reduzido pela metade e, pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial conta com algum tipo de proteção social, como aposentadoria ou seguro-desemprego.

Mas, apesar de décadas de esforços, o relatório deixa claro que persistem grandes desigualdades. O local de nascimento de uma pessoa ainda determina mais da metade de sua renda ao longo da vida. Globalmente, mais de 800 milhões de pessoas sobrevivem com menos de três dólares por dia. É por isso que o alcance das metas dos ODS até 2030 está em risco. Por exemplo, no caso do ODS 8, sobre trabalho decente e crescimento econômico, estamos bem atrás, tendo alcançado apenas dois terços, ou 66% dos indicadores.

Se quisermos melhorar as condições de vida de todas as pessoas e alcançar a justiça social, acelerar a implementação dos ODS é crucial. O trabalho decente é um fio condutor essencial que conecta os ODS, porque ele é mais do que a garantia do sustento: é um termômetro de quão bem estamos indo como sociedade em geral, incluindo saúde, educação, igualdade, consumo e produção responsáveis. Quando o trabalho é produtivo, justamente remunerado, seguro, equitativo e inclusivo, escolhido livremente e com direitos, temos justiça social.

Mas o trabalho decente não simplesmente "acontece". A história mostra que, sem instituições fortes, os ganhos de produtividade não se traduzem em vidas melhores. As instituições fortalecem direitos humanos básicos, como o direito à educação e a um meio ambiente saudável, e garantem igualdade de oportunidades, distribuição justa e voz tanto para trabalhadores quanto para empregadores. O diálogo social é a forma mais eficaz de equilibrar os interesses de trabalhadores e empregadores e

de ajudar a tornar o crescimento mais equitativo.

Neste momento, nossas instituições estão sendo testadas. Três grandes transições estão transformando o mundo do trabalho em todos os lugares: o impacto de um planeta mais quente e a transição para uma economia mais verde, a revolução digital e a mudança demográfica. Essas transformações estão criando empregos e eliminando outros. Elas têm o potencial de trazer novas oportunidades, mas também correm o risco de aprofundar divisões já existentes. A forma como essas mudanças se desenrolarão depende, em grande medida, das escolhas que as sociedades fizerem hoje.

Em novembro de 2025, a segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social será realizada em Doha. Esse encontro global reunirá novamente representantes de governos, trabalhadores, empregadores e da sociedade civil, três décadas e meia após a primeira Cúpula. Trata-se de um momento decisivo para transformar promessas passadas em mudanças reais.

Devemos reafirmar a promessa feita em Copenhague: a de que a justiça social e o desenvolvimento econômico inclusivo são responsabilidade e interesse de todos. Mas, acima de tudo, precisamos agir de forma decisiva. A Coalizão Global para a Justiça Social, liderada pela OIT, oferece uma plataforma para nos ajudar a avançar na direção certa. Ela já reúne governos, organizações de empregadores e de trabalhadores, além de outros parceiros, para acelerar a ação e a cooperação rumo à conquista da justiça social e do trabalho decente para todas as pessoas.

Se tivermos êxito, poderemos ajudar a garantir que a produtividade econômica e o progresso social caminhem juntos. Porque, no fim das contas, a justiça social não é um ideal impossível. É o único caminho possível para um futuro sustentável para todos nós.

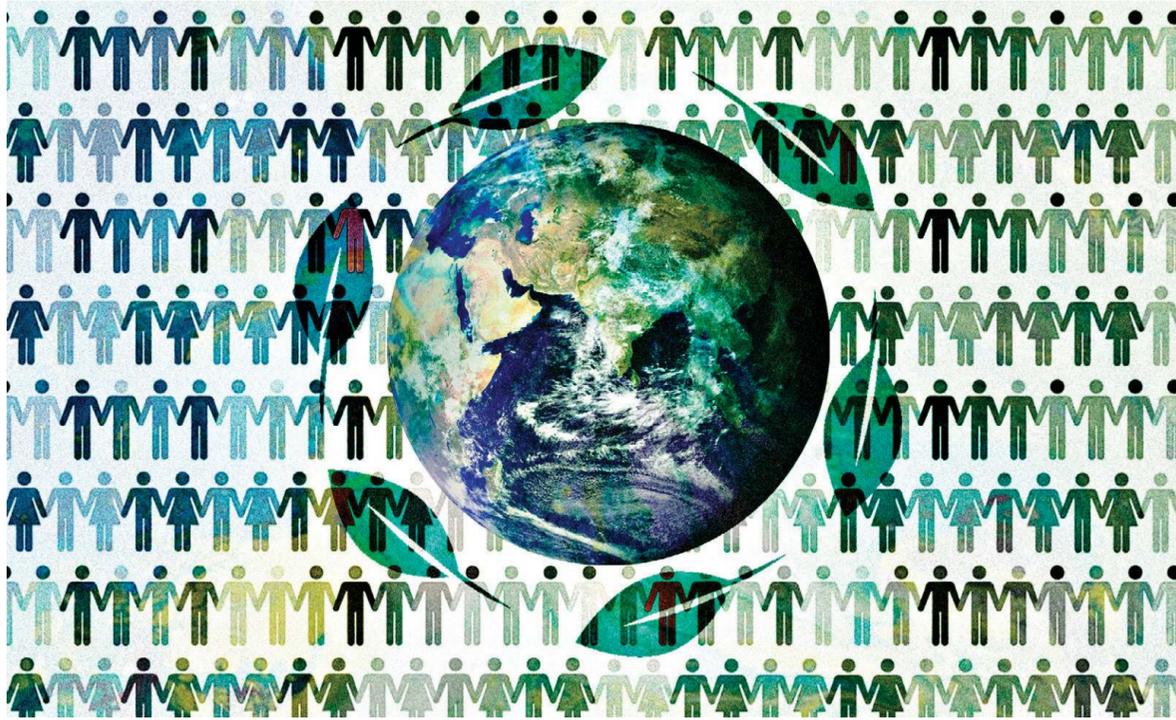
Há 30 anos, 186 países se reuniram em Copenhague para a primeira Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social. À época, o encontro foi a maior reunião de líderes mundiais já realizada. Ao final da Cúpula, a mensagem era clara: os desafios enfrentados por nossas sociedades são globais, e as soluções, também.

Em resposta, os governos se comprometeram a colocar as pessoas no centro do desenvolvimento global. Reconheceram que a justiça social deve ser a base do progresso econômico, se este pretende ser sustentável. Isso significa garantir que todas as pessoas, independentemente de gênero, nacionalidade, origem ou local de nascimento, tenham o direito de viver com dignidade e de contar com igualdade de oportunidades para trabalhar, prosperar e alcançar êxito. Sociedades fundadas na equidade funcionam melhor, geram mais confiança e se fortalecem.

O consenso da Cúpula tornou-se a pedra angular da Agenda de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e de seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Desde 2015, os ODS têm servido como um roteiro para alcançar um mundo socialmente justo, pacífico e sustentável. O prazo para sua concretização foi estabelecido para 2030.

Desde aquela primeira Cúpula, nosso mundo mudou, em muitos aspectos, para melhor. Um novo relatório da OIT, O Estado da Justiça Social, mostra que a pobreza extrema caiu de 39% para

Maurenilson Freire



Na ONU, Lula e Trump expõem visões opostas de poder e futuro



» PATRÍCIA MARINS
Especialista em gestão de crises de alto risco reputacional e sócia-fundadora da Oficina Consultoria

gastos militares, ampliar ajuda ao desenvolvimento, aliviar dívidas de países pobres e fortalecer a governança internacional.

O presidente brasileiro foi muito além da retórica. Ecoou valores democráticos, sinalizando que, em tempos de policrise, a legitimidade vem da capacidade de oferecer respostas e de se alinhar às urgências da humanidade, não de negar sua existência. Ele trouxe um contexto do mundo real, apresentando soluções para questões da Palestina e do Irã.

Trump, em contrapartida, mostrou o tom confrontador que lhe é característico. Em vez de apontar caminhos, preferiu acusar: chamou a ONU de ineficaz, criticou políticas climáticas ao classificá-las de "green energy scams" e voltou a falar de si próprio como aquele que "encerrou sete guerras em sete meses" e, por isso, é merecedor do Nobel da Paz.

Lula tinha um discurso pronto e o seguiu à risca. Trump, por sua vez, improvisou e concentrou a sua fala, na maior parte, em justificar a sua política interna e externa, emendando críticas ao ex-presidente Biden.

A diferença mais simbólica dos discursos talvez esteja na pauta ambiental. Enquanto Lula reforçou o compromisso com a agenda climática, tratando a transição energética como oportunidade estratégica de desenvolvimento, Trump disse que "a mudança climática é a maior cascata, maior farsa já perpetrada no mundo". Ou seja, só manteve explícito o negacionismo climático que marcou sua gestão anterior.

Na geopolítica, Lula buscou enquadrar o Brasil como mediador global e defensor da legalidade internacional, enquanto o líder norte-americano

posicionou os EUA em uma narrativa de isolamento e antagonismo, na qual a ONU aparece mais como obstáculo do que como fórum de cooperação.

Apesar do tom duro adotado na tribuna, Donald Trump afirmou ter tido uma "excelente química" com o brasileiro ao se encontrar com ele nos bastidores da Assembleia. E sinalizou que pode haver uma reunião mais longa na semana seguinte. A fala pode indicar um recuo estratégico na atitude hostil e abrir espaço para uma reaproximação com o Brasil, depois de tantas acusações, das tarifas impostas e do fato de o governo norte-americano ter declarado como injusta a condenação de Jair Bolsonaro por tentativa de golpe.

Esse novo movimento foi interpretado por aliados de Lula como sinal de reconhecimento de sua relevância diplomática. Não à toa, um líder governista resumiu: "Não há um cidadão neste mundo que resista ao charme de Lula".

Os discursos de ambos tiveram ampla repercussão internacional e lotaram de memes as redes sociais. Mas revelaram a distância entre os dois modos de narrar o poder. Lula constrói seu discurso com base em diálogo e cooperação. Trump, ao contrário, insiste na narrativa de conflito, personalismo e descrédito.

A semiótica dessa disputa revela não apenas estilos retóricos distintos, mas ideias de mundos opostos: um que convoca à confiança e outro que aposta no medo. Certos caminhos são perigosos. A história mostra que escolhas de poder baseadas no isolamento e na negação não apenas fragilizam instituições, elas multiplicam riscos e podem custar caro à paz, à economia e ao futuro comum da humanidade.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) //
circecunha.d@adabr.com.br



Nossa matrix

Matrix talvez seja a palavra que mais se tem ouvido falar neste começo de século, desde o lançamento do filme de ficção do mesmo nome, em março de 1999. Para os dicionários, a palavra matrix remete à ideia de uma realidade virtual criada por máquinas para aprisionar a mente humana. Nesse contexto, é possível falar em uma espécie de matrix política ou de um Estado que não é senão uma matrix a aprisionar os indivíduos dentro de um sistema que beneficia apenas aqueles que estão próximos ao poder.

É possível que no Brasil exista uma verdadeira matrix política, destinada a explorar os cidadãos, enganando-os com promessas que jamais serão realizadas. É possível também que exista Poderes da República que não passam de matrix. Nesse contexto, o Brasil não seria a materialização da própria matrix. Estaríamos, assim, imersos num autêntico e distópico "show de Truman"? Não sabemos, mas temos muito que desconfiar. Nesse sentido, a matrix política seria um conjunto de estruturas interligadas que produzem ilusão de escolha e bloqueio de saída.

O primeiro pilar pode ser observado na corrupção endêmica e na impunidade sem fim, que distorcem o jogo público de maneira desnudada. O índice de percepção da corrupção coloca o Brasil em patamar que não inspira confiança coletiva. Essa taxa de corrupção funciona como uma camada que filtra informações e decisões em favor de interesses particulares. Mesmo quando há melhora pontual, o desenho estrutural da desigualdade persiste e mantém a maioria numa espécie de periferias de poder, sem voz e sem futuro. A desigualdade e a corrupção formam, assim, um terreno fértil, onde favores, clientelismo e captura de políticas florescem sem serem jamais interrompidos.

Há ainda entre nós a concentração excessiva e a captura da informação pública. A censura é arma que aprisiona. Também se nota a existência de um sistema de mídia concentrado e frequentemente alinhado a grandes interesses corporativos, reduzindo o espaço público plural. É fato que, quando poucas vozes moldam a agenda, o debate vira espetáculo, e não deliberação. Por outro lado, a erosão da esfera digital contribui para a desinformação e censura seletiva, correndo a confiança e alienando o indivíduo. A internet, que poderia ser saída do labirinto, muitas vezes reproduz câmaras de eco e fábricas de mentiras, tornando o labirinto ainda mais perigoso.

Somando a isso o fato de termos um Judiciário em posição ambivalente, que, ao mesmo tempo em que se faz de corretor institucional, gera e é objeto de controvérsias, muitas das quais insolúveis. Nesse ponto, vemos que decisões judiciais de grande impacto político acabam se tornando em lentes que ampliam divisões e alimentam, cada vez mais, narrativas de injustiça. Todos esses fatores agem como camadas sobrepostas que criam aparência de uma normalidade que, de fato, não existe.

No centro dessa matrix, há um mecanismo simples que conduz a legitimação contínua do sistema. Ele opera por repetição, leis, sentenças, manchetes, que vão moldando, pouco a pouco, o senso comum. A legitimação transforma exceções em regras e reverbera como fato consumado. É a vontade repetida à exaustão. A lógica é a mesma da ficção: repetição é igual a realidade. Os mecanismos formais tornam-se, então, instrumentos de interesses, não apenas regras neutras.

As políticas públicas capturadas por clientelismo deixam a população dependente de grãos propiciatórios. A burocracia ajuda na materialização dessa matrix. O eleitor, imerso nesse oceano de faz-de-conta, vê benefícios pontuais e confunde-os com reformas estruturais. Enquanto isso, as redes de poder preservam o status quo. Exemplo concreto: contratos públicos e cadeias de favorecimento que atravessam esferas federais, estaduais e municipais.

Uma sociedade aprisionada na matrix paga com redução de oportunidades e erosão do tecido institucional. Mas a matrix não é completa. Há frestas e rupturas possíveis. A história mostra que crises e mobilizações podem abrir caminhos. Todavia, no Brasil atual, essas rupturas são frequentemente capturadas por forças políticas que se apresentam como "salvadoras". Surgem, então, líderes que prometem saída fácil, mas reconstruem a mesma ordem com outros atores.

A frase que foi pronunciada:

"É emocionante ver o que o Brasil faz por essas pessoas. Eu comecei a me dirigir a eles e disse a eles que eram todos muito bem-vindos, os que vinham em paz trabalhar no Brasil. E um daqueles senhores levantou... Muito bonito, muito emocionante mesmo. E esse é o bom Brasil, da paz, que acolhe as pessoas."

Ministro Luís Roberto Barroso, do STF, emocionado com a situação dos venezuelanos

História de Brasília

Seguidas vezes, oradores improvisados eram levantados nos braços, e os gritos e vaias impediam que eles falassem. Foi ordenado o movimento, mas, se melhor organizado, renderia muito mais. (Publicada em 10/5/1962)